AGB Doce

Resultados da Pesquisa Online sobre Acompanhamento da Implantação dos PMSB

CBH Piranga
2º Seminário de Saneamento

CBH-DOCE
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

CBH-PIRANGA/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga

CBH-PIRACICABA/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

CBH-SANTO ANTÔNIO/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

CBH-SUAÇUÍ/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí

CBH-CARATINGA/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga

CBH-MANHUAÇU/MG
Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu

CBH-GUANDU/ES
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu

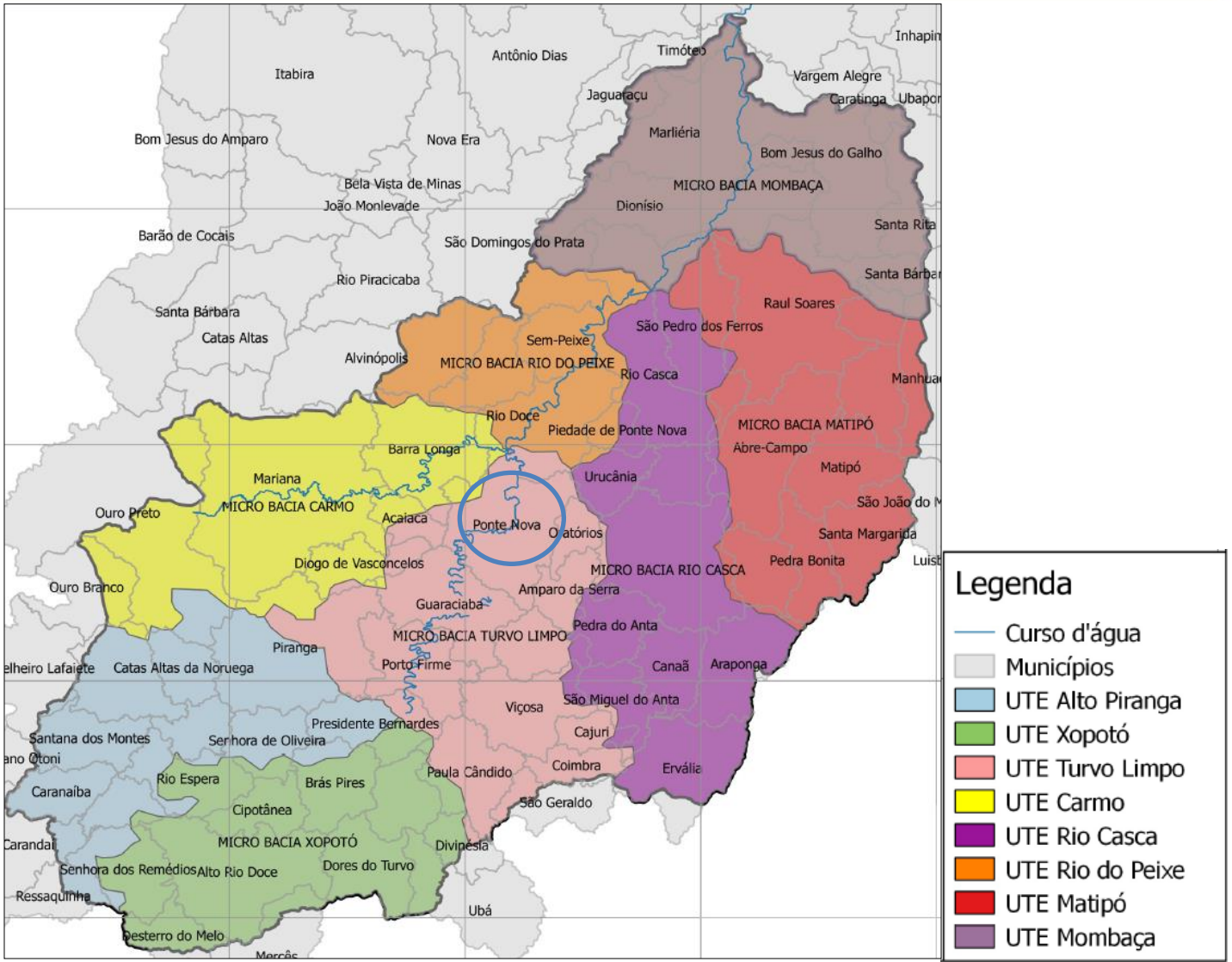
CBH-SANTA MARIA DO DOCE/ES
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria do Doce

CBH - PONTÕES E LAGOAS DO RIO DOCE/ES

CBH-BARRA SECA E FOZ DO RIO DOCE/ES
Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Barra Seca e Foz do Rio Doce

Bacia do rio Piranga e Unidades Territoriais Estratégicas - UTE

AGB Doce



Unidades Territoriais Estratégicas - UTE

IBIO AGB Doce

UTE Alto Piranga
Capela Nova
Caranaíba
Carandaí
Catas Altas da Noruega
Conselheiro Lafaiete
Cristiano Otoni
Itaverava
Lamim
Piranga
Presidente Bernardes
Ressaquinha
Santana dos Montes
Senhora de Oliveira

UTE Carmo
Acaiaca
Barra Longa
Diogo de Vasconcelos
Mariana
Ouro Branco
Ouro Preto

UTE Casca
Araponga
Canaã
Ervália
Jequeri
Pedra do Anta
Rio Casca
Santo Antônio do Grama
São Miguel do Anta
Urucânia

UTE Matipó
Abre Campo
Caputira
Matipó
Pedra Bonita
Raul Soares
Santa Margarida
São Pedro dos Ferros
Sericita
Vermelho Novo

UTE Peixe
Alvinópolis
Dom Silvério
Piedade de Ponte Nova
Rio Doce
Santa Cruz do Escalvado
São Domingos do Prata
Sem-Peixe

UTE Turvo
Amparo do Serra
Cajuri
Coimbra
Guaraciaba
Oratórios
Paula Cândido
Ponte Nova
Porto Firme
São Geraldo
Teixeiras
Viçosa

UTE Xopotó
Alto Rio Doce
Brás Pires
Cipotânea
Desterro do Melo
Divinésia
Dores do Turvo
Lamim
Rio Espera
Senador Firmino
Senhora de Oliveira
Senhora dos Remédios
Ubá

UTE Mombaça
Bom Jesus do Galho
Caratinga
Córrego Novo
Dionísio
Entre Folhas
Jaguaraçu
Marliéria
Pingo-D'Água
São José do Goiabal
Timóteo

Programas diversos em andamento pelo CBH

IBiO AGB Doce

Programas Hidroambientais e de Saneamento Rural

13 Municípios contemplados

Programa de Educação Ambiental

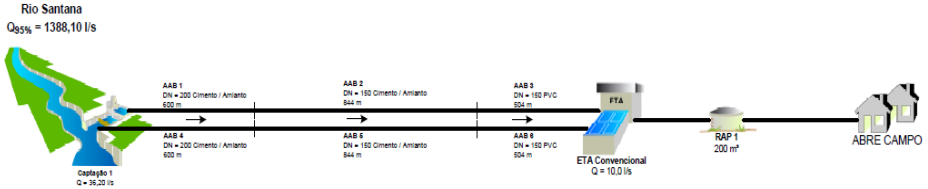
5 Seminários realizados

Programa de Convivência com as Cheias

4 Municípios contemplados

Atualização do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano

228 Município contemplados e
107 visitados em campo, 31 no Piranga



Projetos de Ampliação e Implantação de SAA em Viçosa

2 Projetos em andamento

Estudo de topobatimetria em seções da bacia

375 seções transversais, sendo que 71 no Rio Piranga

Programa de Universalização do Saneamento - P41

IBIO AGB Doce

Município	Situação do PMSB	Município	Situação do PMSB	Município	Situação do PMSB
Abre Campo	Convertido em Lei.	Dom Silvério	Finalizado	Raul Soares	Lei 2.275/2015
Acaiaca	Finalizado	Dores do Turvo	Em elaboração	Ressaquinha	Em elaboração
Alto Rio Doce	Finalizado	Entre Folhas	Em elaboração	Rio Casca	Lei 1.871/2015
Alvinópolis	Finalizado	Ervália	Lei 1.976/2015	Rio Doce	Lei 956/2014
Amparo do Serra	Finalizado	Guaraciaba	Lei 1216/2015	Rio Espera	Lei 1.401/2015
Araponga	Finalizado	Itaverava	Em elaboração	Santa Cruz do Escalvado	Finalizado
Barra Longa	Lei 1.181/2015	Jaguaraçu	Finalizado	Santa Margarida	Lei 1.418/2015
Bom Jesus do Galho	Finalizado	Jequeri	Lei 171/2015	Santana dos Montes	Convertido em Lei.
Brás Pires	Lei 132/2015	Lamim	Lei 654/2015	Santo Antônio do Grama	Lei 504/2015
Cajuri	Finalizado	Manhuaçu	Finalizado	São Domingos do Prata	Lei 568/2015
Canaã	Lei 729/2015	Mariana	Lei 151/2015	São Geraldo	Finalizado
Capela Nova	Finalizado	Marliéria	Lei 1.085/2016	São José do Goiabal	Lei 1.064/2015
Caputira	Lei 842/2015	Matipó	Finalizado	São Miguel do Anta	Finalizado
Caranaíba	Finalizado	Mercês	Convertido em Lei.	São Pedro dos Ferros	Lei 119/2015
Carandaí	Em elaboração	Oratórios	Lei 482/2015	Sem-Peixe	Lei 332/2015
Caratinga	Lei 3613/2016	Ouro Branco	Finalizado	Senador Firmino	Lei 1.292/2015
Catas Altas da Noruega	Lei 499/2015	Ouro Preto	Lei 934/2015	Senhora de Oliveira	Lei 1.025/2015
Cipotânea	Finalizado	Paula Cândido	Lei 1.173/2015	Senhora dos Remédios	Finalizado
Coimbra	Lei 1.106/2015	Pedra Bonita	Lei 369/2015	Sericita	Lei 802/2015
Conselheiro Lafaiete	Finalizado	Pedra do Anta	Lei 783/2015	Teixeiras	Lei 1.692/2015
Córrego Novo	Em elaboração	Piedade de Ponte Nova	Finalizado	Timóteo	Finalizado
Cristiano Otoni	Finalizado	Pingo-D'Água	Em elaboração	Ubá	Lei 4.267
Desterro do Melo	Finalizado	Piranga	Finalizado	Urucânia	Lei 79/2015
Diogo de Vasconcelos	Finalizado	Ponte Nova	Decreto nº 9.536/2014	Vermelho Novo	Convertido em Lei.
Dionísio	Convertido em Lei.	Porto Firme	Lei 1.112/2015	Viçosa	Lei 2528/2015
Divinésia	Lei 078/2016	Presidente Bernardes	Lei 12/2015		

BACIA RIO DOCE: 165 Municípios contemplados com PMSB - R$ 22 milhões

BACIA RIO PIRANGA: 54 Municípios contemplados com PMSB - R$ 7 milhões

44 Convertidos em Lei

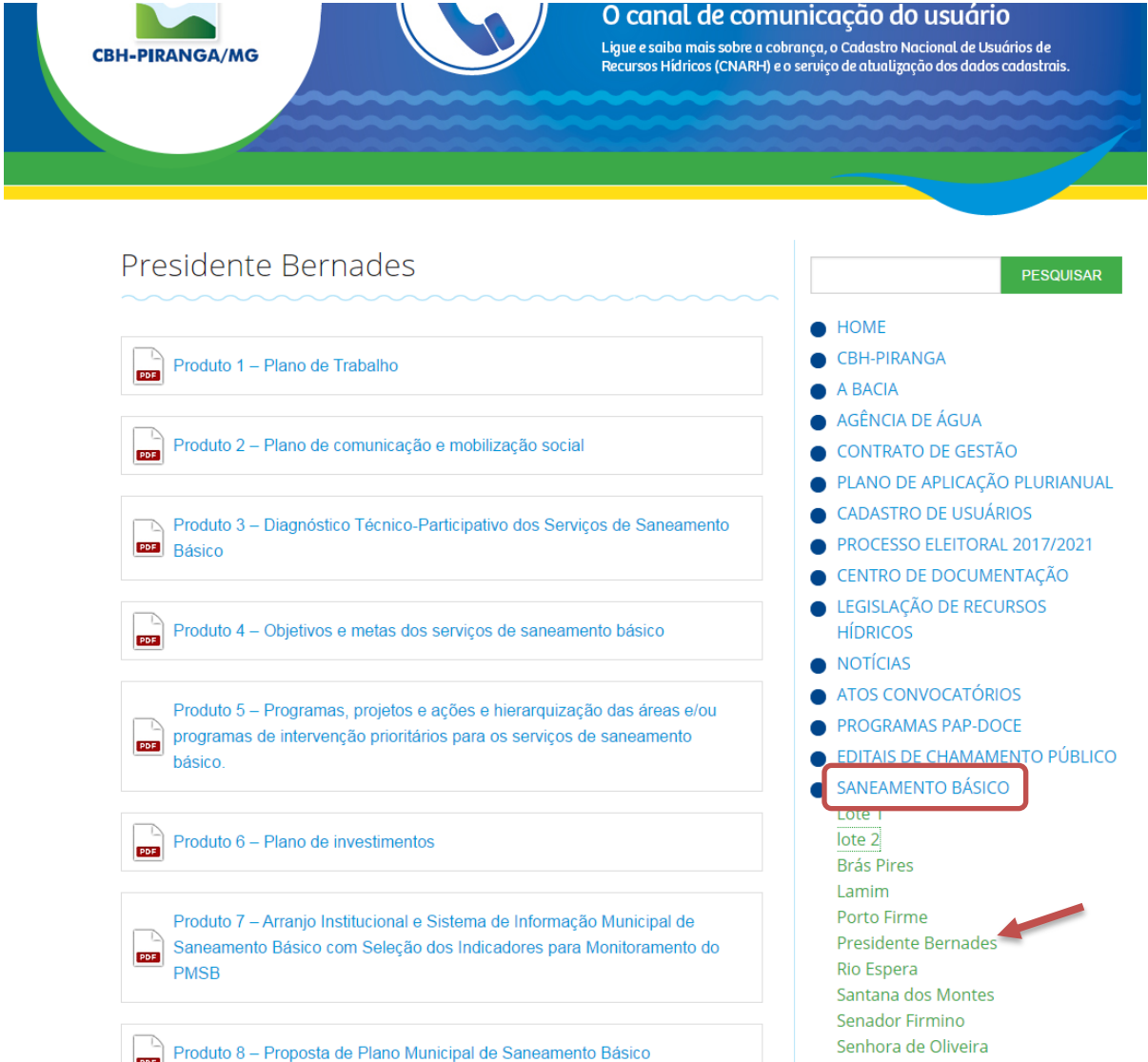
Acesso aos PMSB

IBIO AGB Doce

Acessar:
www.cbhpiranga.org.br

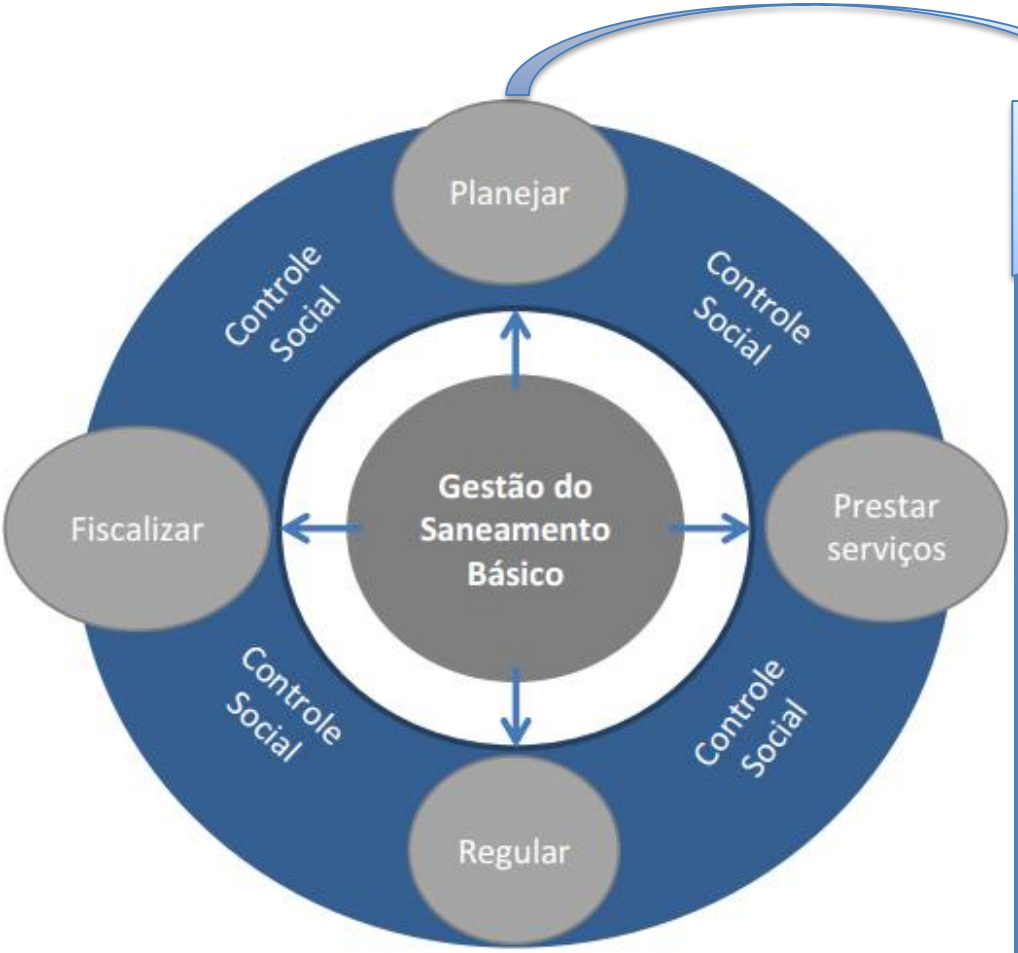
Clicar em “SANEAMENTO BÁSICO” no menu direito

Clicar nos Lotes e Municípios



População
Água
Resíduo
Drenagem
Esgoto

Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB



Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB

- ✓ Participação e controle social.
- ✓ Diagnóstico dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos, drenagem urbana e manejo das águas pluviais.
- ✓ Estudos de projeção populacional.
- ✓ Análises de oferta versus demanda dos serviços.
- ✓ Programas e ações.
- ✓ Contingência e emergência.
- ✓ Política Municipal de Saneamento.

Responsabilidade é do Município

DECRETO Nº 8.629, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. .....

.....

§ 2º Após 31 de dezembro de 2017, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da Administração Pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Valdir Moysés Simão
Marcelo Costa e Castro
Gilberto Kassab

Atenção!!!
Para obter recursos o prazo alterou...

MAS a obrigatoriedade de ter o PMSB e as infraestruturas para a preservação do meio ambiente (ex: ETE, aterro sanitário) continuam sendo exigências legais e passíveis de fiscalização.

Política Nacional de Saneamento Básico

Lei nº 11.445/2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico

Decreto nº 7.217/2010 - Regulamenta a Lei nº 11.445/2007

PLANASA (1970-1990)

- Herança da ditadura
- Ênfase na água
- Centralidade no prestador
- Sem transparência
- Contratos de concessão

PLANSAB

- Visão de futuro: universalização
- Trata os 4 componentes
- Centralidade no município
- Participação
- Contratos de programa

Política Nacional de Saneamento Básico - Princípios

- **Universalização** do acesso;
- Todo o território (urbano e **rural**);
- Responsabilidade do **titular** do serviços;
- **Segurança, qualidade e regularidade**;
- Adequados à **saúde pública** e à proteção do **meio ambiente**;
- **Articulação com outras políticas**;
- Considerem as **peculiaridades locais** e regionais;
- **Eficiência** e **sustentabilidade econômica**;
- **Tecnologias apropriadas**, considerando a **capacidade de pagamento;**
- **Transparência das ações**, baseada em sistemas de informações;
- **Controle social**;
- **Regulação** e fiscalização dos serviços.

Abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das água pluviais

1º Seminário de Saneamento

IBIO AGB Doce

Quando aconteceu: Setembro/2015

Objetivo:

- Levantar **ações para os SAA e SES** (urbana e rural), consideradas como emergenciais ou imediatas, tomando por base os PMSB.
- Diálogo sobre os **critérios** a serem considerados na revisão do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da bacia do rio Doce.

Resultados:

Aprovação do PAP 2016-2020, com previsão de recursos para Projetos de SAA e SES

Pesquisa online para acompanhamento do PMSB

IBIO AGB Doce

- **Etapa 1:** Compreender as **dificuldades** enfrentadas pelos municípios para implantação dos PMSB, por meio de **questionário online**.

- **Etapa 2:** Direcionamento das dificuldades para as **entidades envolvidas** e competentes

- **Etapa 3:** Capacitação dos municípios – "2º Seminário de Saneamento"

Respostas ao questionário online

IBiO AGB Doce

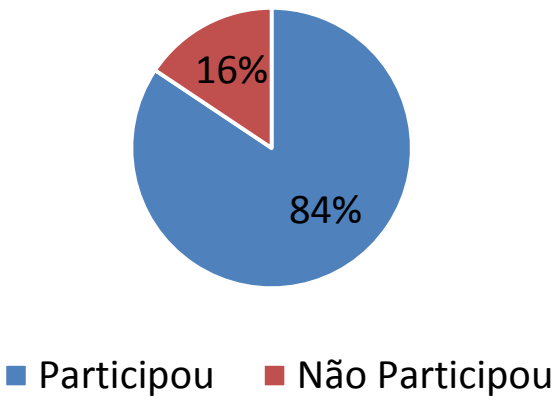
- Enviado para 42 Municípios
- 32 respostas recebidas

RESPONDERAM		NÃO RESPONDERAM
Abre Campo	Pedra do Anta	Brás Pires
Barra Longa	Ponte Nova	Catas Altas da Noruega
Cajuri	Presidente Bernardes	Lamim
Canaã	Raul Soares	Matipó
Caputira	Rio Casca	Porto Firme
Coimbra	Rio Doce	Rio Espera
Dionísio	Santa Margarida	São José do Goiabal
Divinésia	Santana dos Montes	São Pedro dos Ferros
Ervália	Santo Antônio do Grama	Teixeiras
Guaraciaba	São Miguel do Anta	Urucânia
Jequeri	Sem-Peixe	
Mariana	Senador Firmino	
Oratórios	Senhora de Oliveira	
Ouro Preto	Sericita	
Paula Cândido	Vermelho Novo	
Pedra Bonita	Viçosa	

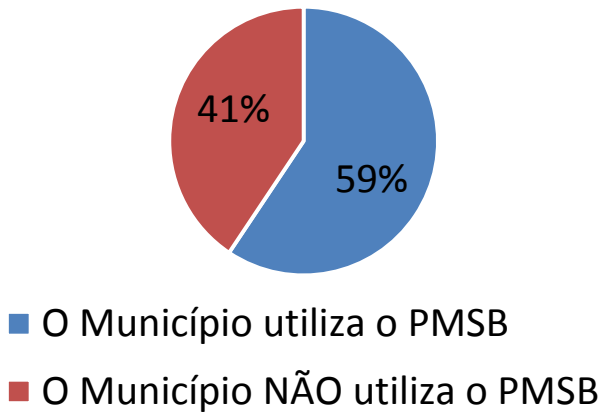
Elaboração do PMSB

IBiO AGB Doce

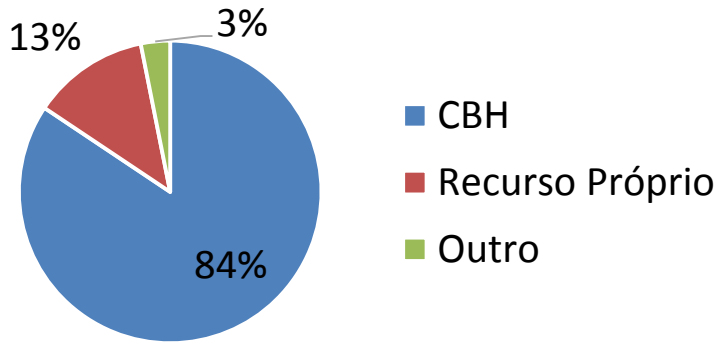
Participou da elaboração do PMSB do Município?



O Município **utiliza** o PMSB?



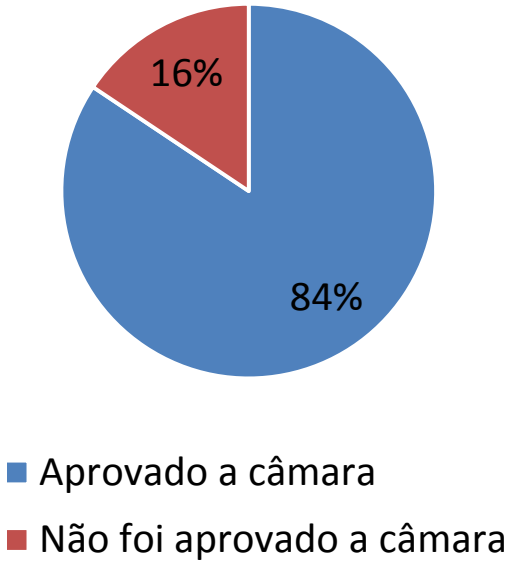
Qual a **fonte de recurso** para elaboração do PMSB?



Aprovação do PMSB

IBiO AGB Doce

O PMSB do Município foi **aprovado na Câmara** do Vereadores?

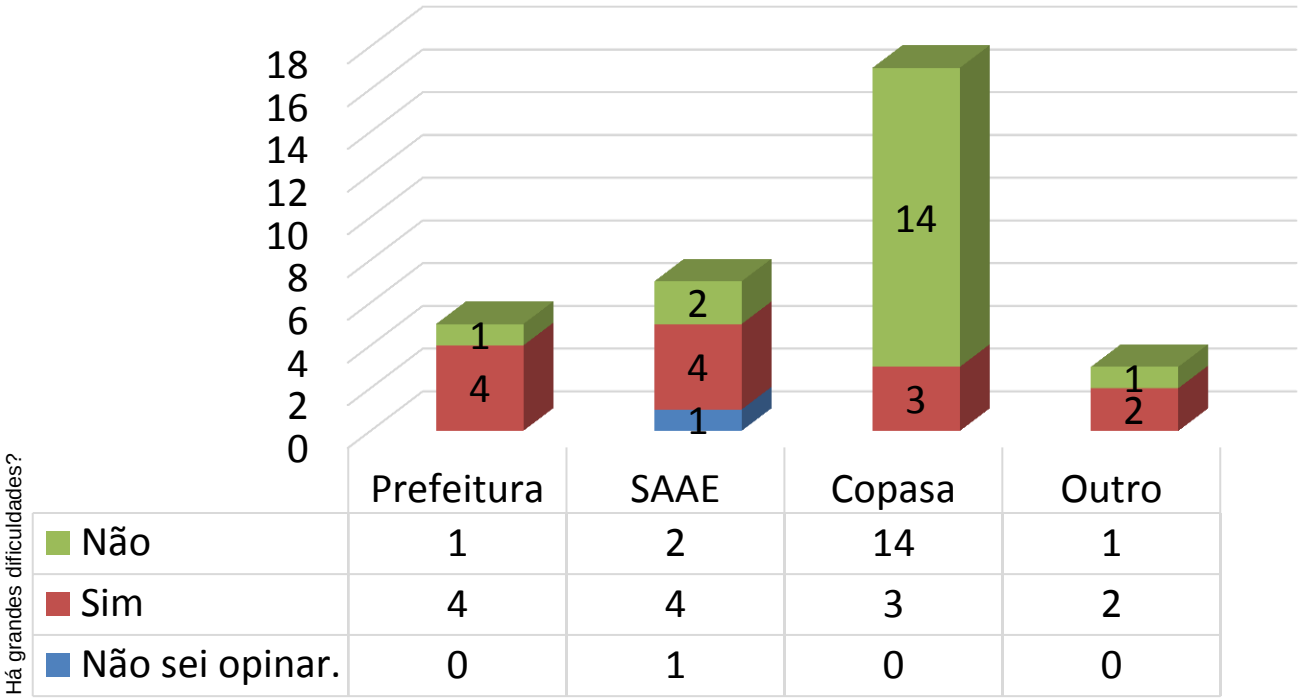


Prestação dos serviços de saneamento

IBiO AGB Doce

Quem realiza a prestação dos **serviços de abastecimento de água** na sede do Município?

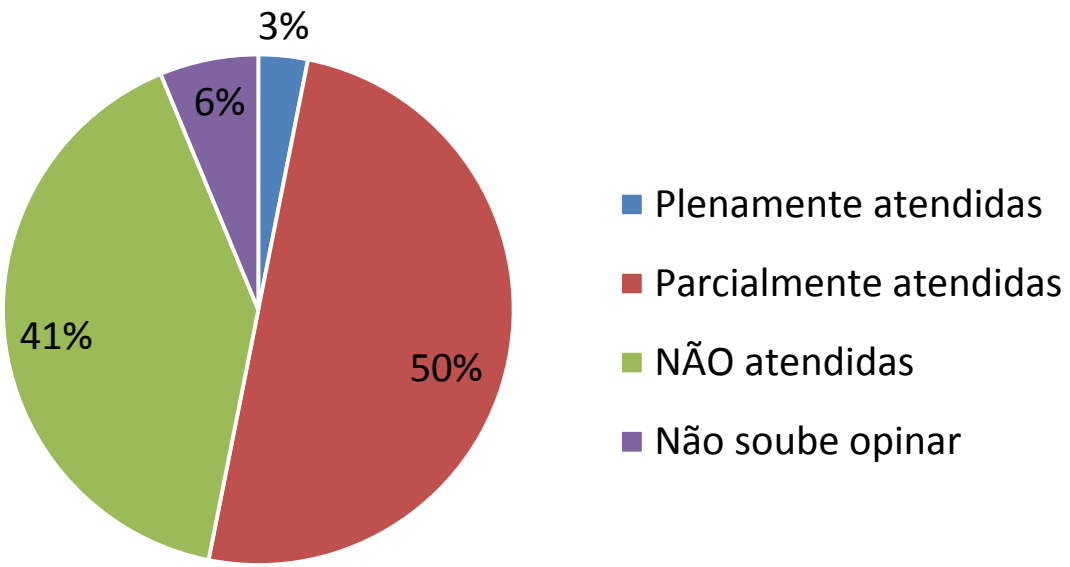
Há **grandes dificuldades** na prestação do serviço - abastecimento de água?



	Prefeitura	SAAE	Copasa	Outro
Não	1	2	14	1
Sim	4	4	3	2
Não sei opinar.	0	1	0	0

Saneamento rural

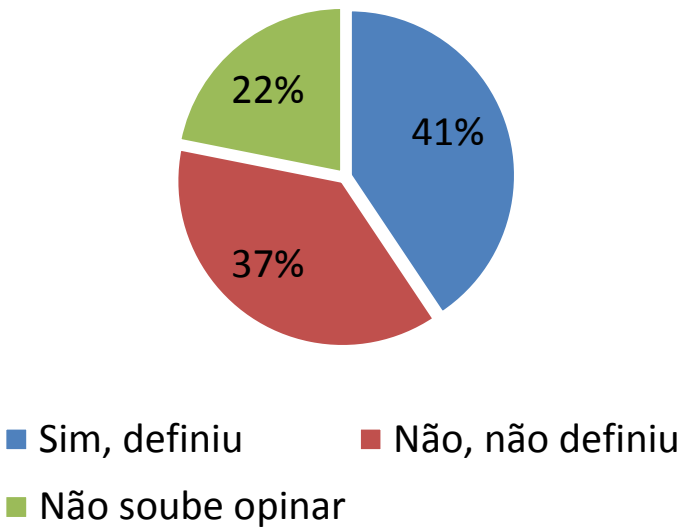
A **área rural** (localidades, comunidades, distritos, entre outros) é atendida por serviços de saneamento?



Regulação dos serviços de saneamento

O Município sabe que é **obrigatório a regulação** dos serviços de saneamento?

O Município definiu quais são os órgãos ou **entidades reguladoras** dos serviços?



Sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento

IBIO AGB Doce

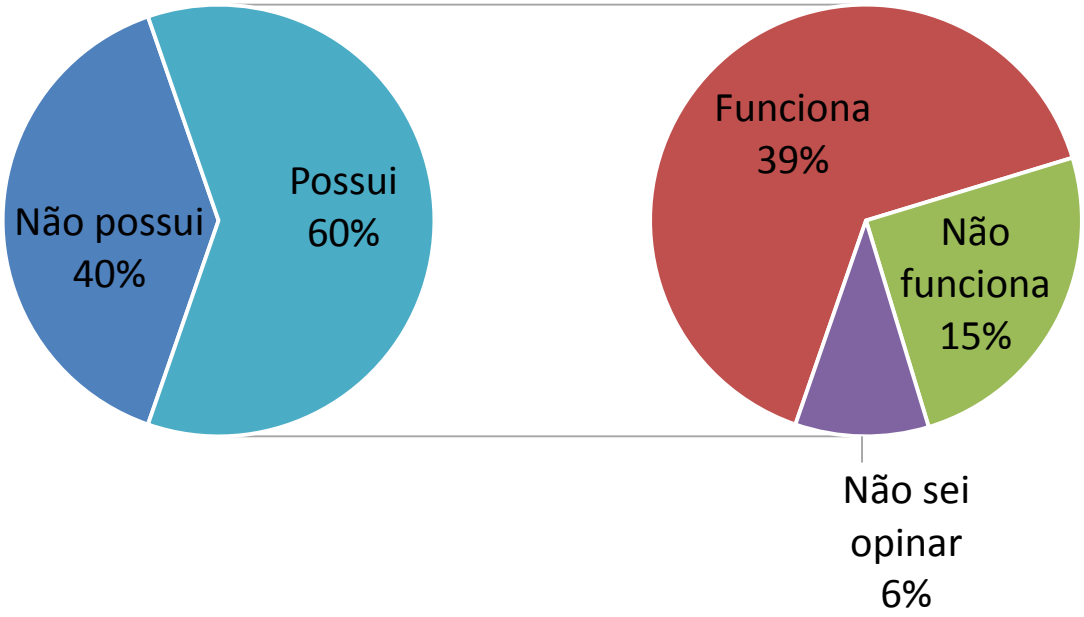
Há **cobrança** pelos serviços de abastecimento de água?

Conselho Municipal de Saneamento

IBiO AGB Doce

O Município **possui Conselho Municipal** regulamentado para discutir questões de saneamento básico?

O Conselho **funciona** efetivamente?

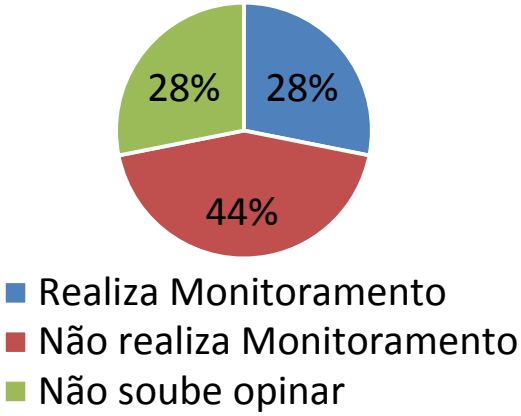


Execução e acompanhamento das ações do PMSB

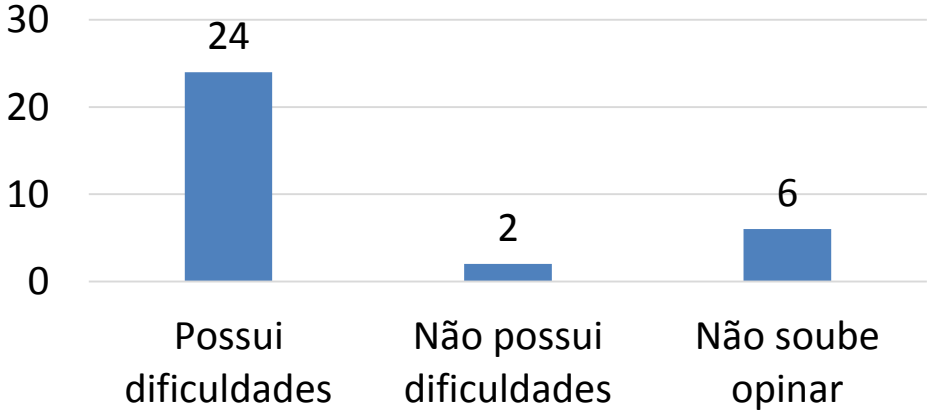
IBIO AGB Doce

O Município **conseguiu avançar** na execução dos objetivos, metas e programas?

O Município realiza algum **monitoramento** do andamento dos objetivos, metas e programas?



O Município tem dificuldade em **obter recursos** em outras fontes?



Principais dificuldades

IBiO AGB Doce

- Saneamento rural
- Regulação e tarifação dos serviços
- Elaboração de projetos e fontes de recurso

2º Seminário de Saneamento Básico do CBH Piranga

Planilhas de Acompanhamento do PMSB

IBIO AGB Doce

- **Municípios Engecorps**

Produto 8 - Item “Cronograma”

QUADRO 12.9 – CRONOGRAMA FÍSICO – SISTEMA ABASTECIMENTO DE ÁGUA (INVESTIMENTOS PREVISTOS NO DIAGNÓSTICO TÉCNICO)

Intervenções		Cronograma Físico-Financeiro																				Investimentos Previstos (R$)
		Emergencial			Curto Prazo					Médio Prazo				Longo Prazo								
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
Implantação de Sistemas de Tratamento do Lodo e de Recirculação das Águas de Lavagem dos Filtros na ETA	Implantação de novas unidades (tratamento do lodo e recirculação das águas de lavagem) na ETA e treinamento de pessoal				■	■	■	■	■													260.000,00
Obtenção de Autorização Ambiental de Funcionamento da ETA	Obtenção/Renovação de Autorização Ambiental de Funcionamento da ETA	■	■	■																		7.000,00
Ampliação de Rede de Distribuição e implantação de novas Ligações Prediais (incluindo hidrômetros) de Água	Ampliação da extensão da rede para atender a universalização (100% de atendimento)	■	■	■																		240.000,00
	Implantação de novas ligações para atender a universalização (100% de atendimento)	■	■	■																		60.000,00
	Ampliação da extensão da rede para acompanhar crescimento vegetativo da população				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	810.000,00
	Implantação de novas ligações para acompanhar crescimento vegetativo da população				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	210.000,00
Elaboração do Cadastro Técnico do Sistema de Abastecimento de Água	Levantamento topográfico de todas as estruturas componentes do sistema de abastecimento de água	■	■	■																		60.000,00
	Verificação da existência de ligação	■	■	■																		10.000,00
Implantação de Programa de Redução de Perdas, com macromedição de água bruta e tratada	Redução das perdas reais e aparentes através de medidas estruturais e não estruturais	■	■	■	■	■	■	■	■													190.000,00
	Implantação de macromedição na saída dos reservatórios	■	■	■	■	■	■	■	■													110.000,00
Total do Investimento		***489.500,00***			***747.500,00***					***240.000,00***				***480.000,00***								***1.957.000,00***

Elaboração ENGECORPS – 2014.

Planilhas de Acompanhamento do PMSB

IBIO AGB Doce

➢ Municípios SHS

Produto 8 - Subitem "Objetivos, metas, ações e estimativa de custos" de cada eixo.

Quadro 10 - Orçamento e plano de execução das ações do Sistema de Abastecimento de Água

CÓDIGO (s/o/m/a)*	DESCRIÇÃO	IMEDIATO (até 3 anos)	CURTO (4 a 8 anos)	MÉDIO (9 a 12 anos)	LONGO (13 a 20 anos)	CUSTO ESTIMADO (R$)	COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E FONTE DE REFERÊNCIA
1.1.1.01	**Ação 1:** Realizar cadastro minucioso do sistema de abastecimento de água da sede.	X				60.000,00	***C= Estimativa mínima de rede a ser cadastrada x *custo unitário (m) de cadastro de rede.*** Fonte: Banco de Obras e Serviços da SABESP, 2015, ref: *cadastro de redes=R$ 2,28/m Estimativa mínima a ser cadastrada: 30 km
1.1.1.02	**Ação 2:** Projetar, a partir do cadastro do sistema, as novas infraestruturas e ampliações necessárias para atender o restante da população da área urbana, além das ampliações já previstas.	X				120.000,00	O preço dos projetos é estimado a partir de pesquisas de mercado (preço de contratação por prefeituras, CBHs, Sabesp etc)
1.1.1.03	**Ação 3:** Realizar obras para atender aos projetos da Ação 1.1.1.02 e às ampliações já previstas.	X	X			750.000,00	***C= obras lineares (m)x custo unitário de tubulação (m)*** Fonte: Banco de preços de obras e serviços de engenharia da SABESP, 2015 ref: R$ 104,82/m
1.1.1.04	**Ação 4:** Avaliar continuamente a necessidade de novas ampliações em todos os sistemas do município.	X	X	X	X	40.000,00	***C= valor homem-hora (Engenheiro Junior)* x horas trabalhadas*** *Fonte: Banco de Preços de Engenharia Consultiva Sabesp, 2015, ref: R$ 122,04 Quantidade mínima de horas de dedicação: 330 horas
1.1.2.05	**Ação 5:** Fazer cadastro minucioso de todos os sistemas presentes nas localidades rurais agrupadas (captação, adução, tratamento, reservação e rede de distribuição).	X				130.000,00	***C= Estimativa mínima de rede a ser cadastrada x *custo unitário (m) de cadastro de rede.*** Fonte: Banco de Obras e Serviços da SABESP, 2015, ref: *cadastro de redes=2,28/m Estimativa mínima a ser cadastrada: 60 km
1.1.2.06	**Ação 6:** Avaliar os sistemas, a partir do cadastro, quanto a sua funcionalidade e necessidade de novas instalações e ampliações.	X				40.000,00	***C= valor homem-hora (Engenheiro Junior)* x horas trabalhadas*** *Fonte: Banco de Preços de Engenharia Consultiva Sabesp, 2015, ref: R$ 122,04 Quantidade mínima de horas de dedicação: 330 horas
1.1.2.07	**Ação 7:** Projetar, a partir da avaliação, as novas instalações e ampliações necessárias.	X				110.000,00	O preço dos projetos é estimado a partir de pesquisas de mercado (preço de contratação por prefeituras, CBHs, Sabesp etc)
1.1.2.08	**Ação 8:** Realizar obras para atender aos projetos da Ação 1.1.2.07.	X	X			900.000,00	***C= obras lineares (m)x custo unitário de tubulação (m)*** Fonte: Banco de preços de obras e serviços de engenharia da SABESP, 2015 ref: R$ 104,82/m

Planilhas de Acompanhamento do PMSB

IBIO AGB Doce

➢ Municípios Vallenge

Planilhas serão disponibilizadas aos municípios pelo CBH/IBIO AGB Doce.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X
1	Município de Guaraciaba/MG																							
2	Componente: Abastecimento de água																							
3	Objetivo - P4	Universalizar o atendimento de água (%)																						
4	Meta - P4	Diagóstico atual: 96% - Prazo Imediato (0-3 anos): 96% - Prazo Curto (4-8 anos): 97% - Prazo Médio (9-12 anos): 99% - Prazo Longo (13-20 anos): 100%																						
5	Indicador - P7	IAAP=(população urbana abastecida)/(população urbana total)*100																						
6	Programa - P5	Água para Todos																						
7	Prioridade - P6	Projeto - P5	Custo (R$) - P6	Ações - P5	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
8	21	Projeto 1 - Conservação e manutenção do manancial	30000	Ação 1 - Regularizar os pontos de captação para atender à Lei n. 9.433/97 no seu art. 12;																				
9				Ação 2 - Realizar estudos sobre os sistemas aquíferos locais;																				
10				Ação 3 - Implantar medidas e intervenções necessárias à efetiva proteção ambiental das áreas de preservação;																				
11				Ação 4 - Avaliar impactos de estruturas e instalações dos mananciais potencialmente poluidoras;																				
12				Ação 5 - Controlar vazão de captação para a manutenção da vazão de recarga dos mananciais;																				
13				Ação 6 - Desenvolver mecanismos que permitam a identificação e o uso dos mananciais.																				
14	20	Projeto 2 - Implantação/ ampliação e manutenção do sistema de captação de água bruta	602500	Ação 1 - Acompanhar, monitorar e renovar a outorga das unidades de captação;																				
15				Ação 2 - Elaborar estudos e projetos para a reforma do atual sistema ou implantação de um novo sistema de captação de água bruta;																				
16				Ação 3 - Elaborar programa de manutenção preventiva;																				
17				Ação 4 - Executar obras e implantação da infraestrutura após a conclusão do projeto;																				
18				Ação 5 – Efetuar a manutenção da sinalização e do cercamento dos poços tubulares profundos, indicando que se tratar de água potável para o abastecimento da população.																				

Municípios que receberão a Planilha (em verde)

IBIO AGB Doce

Município	Situação do PMSB	Município	Situação do PMSB	Município	Situação do PMSB
Abre Campo	Convertido em Lei.	Dom Silvério	Finalizado	Raul Soares	Lei 2.275/2015
Acaiaca	Finalizado	Dores do Turvo	Em elaboração	Ressaquinha	Em elaboração
Alto Rio Doce	Finalizado	Entre Folhas	Em elaboração	Rio Casca	Lei 1.871/2015
Alvinópolis	Finalizado	Ervália	Lei 1.976/2015	Rio Doce	Lei 956/2014
Amparo do Serra	Finalizado	Guaraciaba	Lei 1216/2015	Rio Espera	Lei 1.401/2015
Araponga	Finalizado	Itaverava	Em elaboração	Santa Cruz do Escalvado	Finalizado
Barra Longa	Lei 1.181/2015	Jaguaraçu	Finalizado	Santa Margarida	Lei 1.418/2015
Bom Jesus do Galho	Finalizado	Jequeri	Lei 171/2015	Santana dos Montes	Convertido em Lei.
Brás Pires	Lei 132/2015	Lamim	Lei 654/2015	Santo Antônio do Grama	Lei 504/2015
Cajuri	Finalizado	Manhuaçu	Finalizado	São Domingos do Prata	Lei 568/2015
Canaã	Lei 729/2015	Mariana	Lei 151/2015	São Geraldo	Finalizado
Capela Nova	Finalizado	Marliéria	Lei 1.085/2016	São José do Goiabal	Lei 1.064/2015
Caputira	Lei 842/2015	Matipó	Finalizado	São Miguel do Anta	Finalizado
Caranaíba	Finalizado	Mercês	Convertido em Lei.	São Pedro dos Ferros	Lei 119/2015
Carandaí	Em elaboração	Oratórios	Lei 482/2015	Sem-Peixe	Lei 332/2015
Caratinga	Lei 3613/2016	Ouro Branco	Finalizado	Senador Firmino	Lei 1.292/2015
Catas Altas da Noruega	Lei 499/2015	Ouro Preto	Lei 934/2015	Senhora de Oliveira	Lei 1.025/2015
Cipotânea	Finalizado	Paula Cândido	Lei 1.173/2015	Senhora dos Remédios	Finalizado
Coimbra	Lei 1.106/2015	Pedra Bonita	Lei 369/2015	Sericita	Lei 802/2015
Conselheiro Lafaiete	Finalizado	Pedra do Anta	Lei 783/2015	Teixeiras	Lei 1.692/2015
Córrego Novo	Em elaboração	Piedade de Ponte Nova	Finalizado	Timóteo	Finalizado
Cristiano Otoni	Finalizado	Pingo-D'Água	Em elaboração	Ubá	Lei 4.267
Desterro do Melo	Finalizado	Piranga	Finalizado	Urucânia	Lei 79/2015
Diogo de Vasconcelos	Finalizado	Ponte Nova	Decreto nº 9.536/2014	Vermelho Novo	Convertido em Lei.
Dionísio	Convertido em Lei.	Porto Firme	Lei 1.112/2015	Viçosa	Lei 2528/2015
Divinésia	Lei 078/2016	Presidente Bernardes	Lei 12/2015		

Legenda

	Engecorps		FUNEC
	Vallenge		Sem sede
	SHS		Outros recursos

Produto 9 – Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGIRS)

IBiO AGB Doce

- **Exigências da Lei Nº 12.305/2010**

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

- **Exigências do Decreto Nº 7.404/2010.**

Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências

Municípios que receberão o P9 (em verde e vermelho)

IBIO AGB Doce

Município	Situação do PMSB	Município	Situação do PMSB	Município	Situação do PMSB
Abre Campo	Convertido em Lei.	Dom Silvério	Finalizado	Raul Soares	Lei 2.275/2015
Acaiaca	Finalizado	Dores do Turvo	Em elaboração	Ressaquinha	Em elaboração
Alto Rio Doce	Finalizado	Entre Folhas	Em elaboração	Rio Casca	Lei 1.871/2015
Alvinópolis	Finalizado	Ervália	Lei 1.976/2015	Rio Doce	Lei 956/2014
Amparo do Serra	Finalizado	Guaraciaba	Lei 1216/2015	Rio Espera	Lei 1.401/2015
Araponga	Finalizado	Itaverava	Em elaboração	Santa Cruz do Escalvado	Finalizado
Barra Longa	Lei 1.181/2015	Jaguaraçu	Finalizado	Santa Margarida	Lei 1.418/2015
Bom Jesus do Galho	Finalizado	Jequeri	Lei 171/2015	Santana dos Montes	Convertido em Lei.
Brás Pires	Lei 132/2015	Lamim	Lei 654/2015	Santo Antônio do Grama	Lei 504/2015
Cajuri	Finalizado	Manhuaçu	Finalizado	São Domingos do Prata	Lei 568/2015
Canaã	Lei 729/2015	Mariana	Lei 151/2015	São Geraldo	Finalizado
Capela Nova	Finalizado	Marliéria	Lei 1.085/2016	São José do Goiabal	Lei 1.064/2015
Caputira	Lei 842/2015	Matipó	Finalizado	São Miguel do Anta	Finalizado
Caranaíba	Finalizado	Mercês	Convertido em Lei.	São Pedro dos Ferros	Lei 119/2015
Carandaí	Em elaboração	Oratórios	Lei 482/2015	Sem-Peixe	Lei 332/2015
Caratinga	Lei 3613/2016	Ouro Branco	Finalizado	Senador Firmino	Lei 1.292/2015
Catas Altas da Noruega	Lei 499/2015	Ouro Preto	Lei 934/2015	Senhora de Oliveira	Lei 1.025/2015
Cipotânea	Finalizado	Paula Cândido	Lei 1.173/2015	Senhora dos Remédios	Finalizado
Coimbra	Lei 1.106/2015	Pedra Bonita	Lei 369/2015	Sericita	Lei 802/2015
Conselheiro Lafaiete	Finalizado	Pedra do Anta	Lei 783/2015	Teixeiras	Lei 1.692/2015
Córrego Novo	Em elaboração	Piedade de Ponte Nova	Finalizado	Timóteo	Finalizado
Cristiano Otoni	Finalizado	Pingo-D'Água	Em elaboração	Ubá	Lei 4.267
Desterro do Melo	Finalizado	Piranga	Finalizado	Urucânia	Lei 79/2015
Diogo de Vasconcelos	Finalizado	Ponte Nova	Decreto nº 9.536/2014	Vermelho Novo	Convertido em Lei.
Dionísio	Convertido em Lei.	Porto Firme	Lei 1.112/2015	Viçosa	Lei 2528/2015
Divinésia	Lei 078/2016	Presidente Bernardes	Lei 12/2015		

Legenda

	Engecorps		FUNEC
	Vallenge		Sem sede
	SHS		Outros recursos

Obrigada!

IBIO AGB DOCE

(33) 3212-4350

Avaliação do Seminário

IBiO AGB Doce

Que bom que...

Avaliação do Seminário

IBiO AGB Doce

Que ruim que...

Avaliação do Seminário

IBiO AGB Doce

Que tal se...